

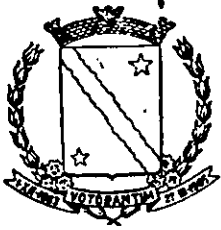
# **Câmara Municipal de Votorantim**

---

**Projeto de Lei nº 011/73**

**Autoria do Senhor Prefeito Municipal**

**Dispõe sobre revoga a Lei Municipal nº 134, de 27 de novembro de 1.965**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO N.º 063/73 - C. M.

Votorantim, 19 de março de 1973.

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente, estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei, que revoga a Lei Municipal nº 134, de 27 de novembro de 1968, que concedeu auxílio à Sociedade Musical e Cultural Baltazar Fernandes.

Segundo consta do Processo nº 861/73, protocolado nesta Prefeitura, a Sociedade Musical e Cultural Baltazar Fernandes manifestou o desejo de renunciar ao auxílio que até então vinha lhe sendo concedido, justificando o ato, sob o fundamento de que a verba, além de ser ínfima, não atendendo aos gastos da sociedade, sofre ainda limitações para seu uso, por parte do Tribunal de Contas. Daí então, a razão do presente Projeto de Lei.

Sendo o que se nos oferece e na certeza de que Vossa Excelência e os nobres Vereadores saberão analisar o Projeto em tela, reiteramos os protestos da nossa mais elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

  
ERINALDO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor  
Vereador DOMINGOS METIDIERI FILHO  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
VOTORANTIM



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_/73

Revoga a Lei Municipal nº 134, de 27 de novembro de 1968.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA E EU, ERINALDO ALVES DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica revogada em todos os seus termos, a Lei Municipal nº 134, de 27 de novembro de 1968, que concedeu auxílio à Sociedade Musical e Cultural Baltazar Fernandes.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 19 de março de 1973 - IX ANO DA EMANCIPAÇÃO.

ERINALDO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

RECEBI

Votando, 19 de 3 de 1973

*[Signature]*

A Consultoria Jurídica e Comissões  
S. Sessões, *[Signature]* de 19  
PRESIDENTE

A Comissão de Justiça

Devolvido  
Presidente *[Signature]*

REJEITADO

S. Sessões, 7 de 10 de 1973

*[Signature]*  
PRESIDENTE

Comissão Finanças

Devolvido  
Presidente *[Signature]*

EM DISCUSSÃO

Votando, 31/50/1973

*[Signature]*  
Presidente da Câmara

19

REJEITADO

S. Sessões, 3 de 5 de 1973

*[Signature]*  
PRESIDENTE

EM DISCUSSÃO

Votando, 7/10/1973

*[Signature]*  
Presidente da Câmara

29

Projeto de nº 11/73.

Comissão de Justiça e Redação

Parecer nº /

Pretende o Prefeito Municipal revogar a Lei Municipal 134, de 27 de novembro de 1.968, que concede auxílio a Sociedade Musical e Cultural "Baltazar Fernandes."

Estranha-se a posição do Prefeito no presente projeto. Em sua mensagem, textualmente afirma: a Sociedade manifestou o desejo de renunciar ao auxílio que até então vinha lhe sendo concedido, justificando-o sob o fundamento de que a verba, além de ser ínfima, não atendendo aos gastos da sociedade, sofre ainda limitações para seu uso, por parte do Tribunal de Contas. Daí a razão do Presente Projeto de Lei".

Embora se diga que isso conste do Protocolado 861/73, ao transformá-lo em projeto o Prefeito avalisou essas ponderações e fez suas as queixas da sociedade.

Lamentamos profundamente que a cidade esteja confiada a tão fraco guardião.

Não acreditamos que tenha o Prefeito qualquer assessoria. O Presente Projeto pega mal até do ponto de vista moral. Ora, se a beneficiada acha que é pouco o que recebe tem duas opções a fazer: 1 - Pleitear aumento na destinação 2 - Deixar de receber.

O que não pode alegar nem ela e muito menos apoiar o Prefeito é que tais doações fiquem sem a vigilância do TC.

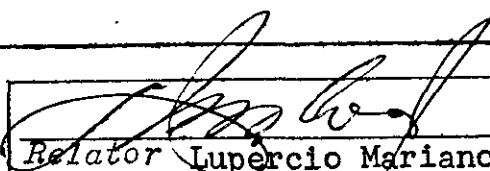
Foi com esta medida moralizadora que acabaram todas as falcaturas praticadas até então por sociedades beneficiárias dos órgãos públicos.

Somos pela rejeição pura e simples do presente projeto porquanto mais que ilegal o mesmo se nos afigura imoral.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator  Lupércio Mariano da SilvaMembro  Francisco Munhoz

Membro

C Â M A R A M U N I C I P A L D E V I T O R A N T I M

Projeto de nº 04/73

Comissão de Justiça e Redação

Parecer nº /

Temos para parecer o projeto supra.

Analisando detidamente somos de entendimento que óbice algum de ordem legal existe.

Contrariando ao voto do Relator, opinamos pela aprovação do referido projeto, votando em separado.

Este é o nosso parecer.

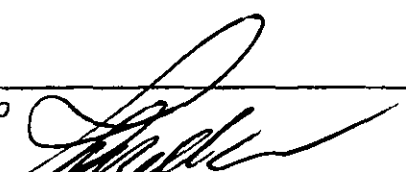
Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator

Membro

Membro  Itagyba Loureiro de Mello

CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

Projeto de Lei nº 11/73

Comissão de Finanças e Orçamento

Parecer nº /


Temos para parecer o projeto em tela.  
Analisando detidamente somos de entendimento que óbice algum de caráter financeiro existe.  
Entretanto, face ao parecer da Comissão de Justiça e Redação, opinamos pela rejeição pura e simples do referido projeto.

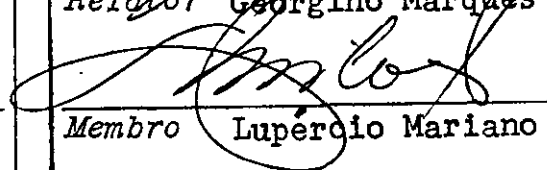
Este é o nosso parecer.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator  Georgino Marques Dias

Membro  Lupércio Mariano da Silva

Membro Itagyba Loureiro de Mello

CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

Projeto de Lei nº 04/73

Comissão de Finanças e Orçamento

Parecer nº /

Temos para parecer o projeto em tela.

Nada a opor.

Opinamos pela aprovação do referido projeto, contrariando o voto do Relator, votando em separado.

Recebido em

Prazo Vencido em

Diretor de Secretaria

Relator

Membro

Membro Itagyba Loureiro de Mello